

**MESTRADO**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO**  
**INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**O IMPACTO DAS AMEAÇAS HÍBRIDAS NO CONTEXTO DE  
ESTADOS FRÁGEIS EM ÁFRICA: AS RESPOSTAS DA UNIÃO  
EUROPEIA À CRISE DE DESINFORMAÇÃO NO MALI**

**INÊS DE SOUSA PINTO**

**OUTUBRO-2022**

**MESTRADO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO**  
**INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**O IMPACTO DAS AMEAÇAS HÍBRIDAS NO CONTEXTO DE  
ESTADOS FRÁGEIS EM ÁFRICA: AS RESPOSTAS DA UNIÃO  
EUROPEIA À CRISE DE DESINFORMAÇÃO NO MALI**

**INÊS DE SOUSA PINTO**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSORA DOUTORA INÊS MARQUES RIBEIRO**

**OUTUBRO-2022**

## **Agradecimentos**

É com um sentimento profundo de gratidão que reconheço o apoio prestado pelos meus familiares durante todo o meu percurso académico. Agradeço especialmente ao meu pai Zé, mãe Fernanda e irmãos Diogo e Margarida por me mostrarem que a vida sem objetivos é uma vida sem sonhos. Devo-lhes muito daquilo que sou hoje por me transmitirem aquilo que são, e por me fazerem crer que a vida é um caminho feito de coisas positivas, ainda que por vezes, aparentemente, não sejam. Acompanharam-me e ensinaram-me a crescer e, mais do que qualquer pessoa, conhecem o meu percurso até aqui e todo o esforço necessário. Palavras nunca chegarão para agradecer todas as oportunidades proporcionadas e por me terem tornado na pessoa que sou hoje.

Agradeço também aos meus amigos que durante todo este percurso, tiveram um papel fundamental e que da mesma forma contribuíram para a que pessoa em que me tornei. Um especial agradecimento ao meu amigo Simão Pedro que tem ocupado um lugar especial na minha vida nos últimos anos e com quem espero poder contar durante muitos mais. Obrigada a todos os meus amigos que, cada um com a sua particularidade, me têm dado um pouco de cada um.

Por último e não menos importante, agradeço a todos os professores que se cruzaram comigo durante este percurso, com especial agradecimento à Professora Doutora Inês Marques Ribeiro enquanto orientadora da presente dissertação. A vida encarregou-se de nos voltar a cruzar com este propósito, podendo ter tido a possibilidade de aprender durante esta investigação e com a qual não poderia estar mais satisfeita.

## Resumo

O fim da Guerra Fria veio complexificar o sistema internacional e as relações que nele decorrem entre os vários atores, sendo estes Estatais ou não. O avanço tecnológico e a melhoria dos seus meios têm acelerado o processo de globalização e a crescente dependência entre atores, pelo que esta complexificação de relações têm colocado os Estados sujeitos a novos tipos de ameaças. Este cenário tem colocado o conceito de segurança no debate internacional, acabando por existir uma necessidade de ajuste ao conceito destas ameaças. Operando na zona cinzenta, as ameaças híbridas tornam-se difíceis de detetar, prevenir e responder, pelo que torna o conceito de segurança cada vez mais complexo. A desinformação tem constituído uma arma de guerra tanto nas democracias como em regimes que se encontram em processo de democratização. Devido à fragilidade dos seus Estados, África tem sido particularmente vulnerável à desinformação pela escassez de recursos em combatê-la. No caso do Mali, a desinformação tem sido uma ameaça no contexto autoritário do Estado, sobretudo pela influência do Grupo Wagner. Esta ameaça tem comprometido o desenvolvimento do Estado naquela que é a tentativa em transitar para um regime democrático, bem como as operações militares em curso que têm como objetivo assegurar a paz e a segurança, tanto no âmbito da UE como da ONU. Tanto a NATO como a UE têm vindo a desenvolver trabalho no combate às ameaças híbridas e concretamente à desinformação, existindo por isso, a possibilidade de se criar uma relação com a União Africana neste sentido, com o objetivo de apoiar os seus Estados-Membros a combaterem estas ameaças.

Palavras-chave: desinformação, ameaças híbridas, fragilidade, África, Mali, União Europeia, NATO, Rússia, MINUSMA, EUTM, Grupo Wagner

## **Abstract**

The end of the Cold War came to complicate the international system and the relations that ensue between the various actors, whether these may be states or not. Technological advancement and the improvement of its means have accelerated the process of globalization and increasing dependence among actors, so this complexity of relations has put states under new type of threats. This scenario has put the concept of security in the international debate, and there is ultimately a need to adjust the concept of these threats. Operating in the grey area, hybrid threats become difficult to detect, prevent and respond, and thus make the concept of security increasingly complex. Disinformation has been a weapon of war both in democracies and in regimes that are in the process of democratization. Due to the fragility of its states, Africa has been particularly vulnerable to disinformation by the scarcity of resources to combat it. In the case of Mali, disinformation has been a threat in the authoritarian context of the state, especially by the influence of the Wagner Group. This threat has undermined the development of the country in what is the attempt to move to a democratic regime, as well as the ongoing military operations aimed at ensuring peace and security, both within the EU and the UN. Both NATO and the EU have been working to combat hybrid threats and specifically disinformation, and there is therefore the possibility of creating a relationship with the African Union in this direction, with the aim of supporting its Member States.

Key words: disinformation, hybrid threats, fragility, Africa, Mali, European Union, NATO, Russia, MINUSMA, EUTM, Wagner Group

## Lista de Abreviaturas

**ADF** Africa Defense Forum

**AH** Ameaças Híbridas

**BICES** Battlefield Information Collection and Exploitation System

**CEDEAO** Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

**EM** Estados-Membros

**EUA** Estados Unidos da América

**EUCAP** European Union Capacity Building mission

**EUTM** European Union Training Mission

**FED** Fundo Europeu de Desenvolvimento

**GATIA** Groupe Autodefense Touareg Imghad et Allies

**HYBRID COE** European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats

**ONG** Organização Não-Governamental

**ONU** Organização das Nações Unidas

**MAPA** Mecanismo de Apoio à Paz em África

**MEAP** Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

**MINUSMA** Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali

**MNLA** Movimento Nacional para a Libertação de Azawad

**MUJAO** Movimento pela Unicidade e Jihad na África Ocidental

**NATO** North Atlantic Treaty Organization

**PCSD** Política Comum de Segurança e Defesa

**PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**SEAE** Serviço Europeu de Ação Externa

**UA** União Africana

**UE** União Europeia

**URSS** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Índice

Introdução.....	9
Metodologia.....	10
Revisão de Literatura.....	11
Ameaças Híbridas.....	16
Contextualização e Conceito.....	16
Domínios e ferramentas .....	17
Deteção e Prevenção .....	18
Resposta .....	19
Fragilidade e Desinformação em África.....	22
O caso do Mali .....	22
A resposta da UE à crise de desinformação no Mali.....	28
Conclusão .....	34
Lista Bibliográfica .....	37

## **Introdução**

O debate das “novas guerras” tem ocupado a agenda das relações internacionais pela implicação de um enredo complexo de meios e ações entre atores Estatais e não-Estatais (Mälksoo, 2018). O conceito de segurança e o próprio sistema internacional têm sido sujeitos a uma adaptação constante àquelas que são as novas táticas e operações perpetradas por atores que visam a desestabilização da ordem multilateral com base em regras, identificando determinados alvos e cujos objetivos assentam, na maioria das vezes, a disrupção política e das instituições democráticas (Hoffman, 2016).

A nova ordem internacional e a crescente complexificação associada constituem o ponto de partida desta dissertação, sendo nelas que surgem e se acentuam as novas ameaças à segurança. A análise do conceito de ameaças híbridas é parte fundamental do entendimento desta mudança, desde a sua base teórica ao seu impacto, procurando investigar o seu papel no contexto dos Estados frágeis em África (Osaghae, 2010). Trata-se de um conceito ambíguo, dado que pressupõe uma combinação de elementos e ferramentas que, por sua vez, contribuem para a complexificação das interações entre atores e dificultam a interpretação destas relações. Compreender-se-á quais são os seus domínios, como são detetadas, prevenidas e combatidas.

Esta investigação centra-se fundamentalmente na desinformação enquanto ameaça (híbrida), à qual a comunidade científica tem atribuído uma importância acrescida pela utilização massiva de meios que a permite concretizar, tornando-se numa preocupação pelo seu possível alcance e capacidade de criar danos que, atualmente, são desmedidos e pouco previsíveis. Este domínio será o foco desta investigação na forma como tem interferido na tentativa de gestão de conflitos e operações de paz por parte da União Europeia (UE) no Mali, na forma como tem comprometido o processo de democratização do Estado, bem como na análise da influência russa nesta matéria.

O nexo de segurança e desenvolvimento são indissociáveis nesta matéria, na medida em que estando a segurança sob ameaça, compromete, no caso desta investigação, o processo de democratização no Mali, bem como a estabilização e a confiança das suas instituições. Para um melhor entendimento, será pertinente analisar as políticas de combate à desinformação por

parte da EU e da NATO, partindo do trabalho desenvolvido por estas organizações e idealizar, enquanto conclusão, uma possível cooperação com a União Africana (UA), através da qual seja possível gerir esta crise de disseminação de falsa informação no Mali.

A pertinência da análise deste tema pressupõe um acompanhamento de toda a mudança mencionada inicialmente, procurando trazer aos estudos do desenvolvimento uma nova abordagem do conceito de segurança e considerar novas ameaças que colocam em causa o desenvolvimento dos Estados.

## **Metodologia**

Em virtude do rigor científico, cumpre a presente dissertação uma estrutura baseada na investigação qualitativa, na qual se procura desenvolver um conteúdo de caráter teórico e exploratório assente na interpretação.

Considerando o tema em estudo, o impacto das ameaças híbridas no contexto de Estados frágeis em África e as respostas da União Europeia no combate à crise de desinformação no Mali, prioriza-se a vertente analítica e empírica através da análise de documentos.

A análise de documentos políticos permite uma investigação mais eficiente daqueles que são os debates históricos e contemporâneos, tendo em consideração a sua abordagem teórica relativamente aos objetivos de estudo e a relevância que apresenta para a investigação em questão.

Numa fase inicial, importa rever o conceito de segurança internacional e analisar o comportamento dos atores Estatais e não-Estatais, na forma como se têm adaptado e acompanhado as alterações que este conceito tem sofrido, com base em literatura científica. Perante os novos desafios da ordem internacional, a literatura científica sobre o fenómeno das ameaças híbridas será analisada de forma breve, considerando também documentos oficiais da UE, pela sua relevância no entendimento da questão seguinte, na qual a desinformação constituirá o principal enfoque. Desta ameaça e enquanto ferramenta de análise, procura-se responder às seguintes questões centrais de investigação: de que forma a desinformação tem impactado o cenário político do Mali, colocando em causa o processo de democratização do país, tendo em conta a sua fragilidade e considerando, em particular, a influência russa.

Baseada em fontes documentais oficiais da UE, em diálogo contínuo com a literatura científica sobre o tema, esta investigação permitirá adquirir um melhor entendimento sobre o alcance e impacto desta ameaça, procurando expor, de forma concreta, a desinformação enquanto entrave ao desenvolvimento do Estado e ao rumo das suas próprias políticas.

A recolha de informação para o desenvolvimento do projeto de investigação será realizada através de pesquisa bibliográfica com relevância para o tema em análise, nomeadamente artigos científicos publicados, teses de doutoramento, dissertações de mestrado, monografias, obras literárias de teor académico e arquivos documentais pertinentes. Deste modo, o método de análise está focado na ponderação de conteúdo qualitativo que, sustentando a presente investigação, permitirá a emersão de conclusões teóricas capazes de responder à problemática identificada, isto é, o impacto da desinformação enquanto ameaça híbrida.

## **Revisão de Literatura**

O período da Guerra Fria foi marcado pelo uso de meios convencionais, embora a dissuasão que a caracterizou seja responsável pela combinação de vários tipos de conflitos e meios empregues. O fim deste conflito não veio alterar este cenário, pelo contrário, tornou-o mais complexo e por isso, tendencialmente assimétrico (Schroefl e Kaufman, 2014). Assistiu-se a uma melhoria da tecnologia, particularmente de informação e tecnologias de comunicação, o que permitiu aos Estados projetarem o seu poder e exercer novos tipos de influência. Para além dos Estados, esta capacidade começou a ser adquirida por atores não-Estatais, como, por exemplo, grupos terroristas, que fizeram uso da tecnologia para expandir os seus vários tipos de atividades (Anton e Schurian, 2016). Na região do Sahel, em particular, vários grupos rebeldes procuram expandir a sua influência essencialmente pelo meio digital, através do qual usam sites e redes sociais com o objetivo de transmitir mensagens a diversos públicos, desde a sociedade civil, ONGs e governos estrangeiros (Bos e Melissen, 2019).

Embora a própria definição seja pouco clara, o conceito de ameaças híbridas refere-se a um conjunto de ameaças modernas, complexas e multidimensionais que se cruzam em vários domínios, assim como a guerra híbrida assente na combinação de meios, táticas e formações convencionais e não convencionais, envolvendo atores Estatais e não-Estatais, que não se

limitam a um campo de batalha ou a um território físico (Mälksoo, 2018). A ação híbrida, por não exigir ou justificar o uso de meios bélicos, é empregue cada vez com mais frequência por Estados autoritários por incluir ações que ocorrem na *gray zone*<sup>1</sup>, ou seja, abaixo do limiar de deteção (Paterson e Hanley, 2020).

No contexto das relações internacionais, a desinformação surge enquanto instrumento da política externa, através da qual os Estados procuram beneficiar estrategicamente de decisões tomadas por outros Estados, aumentando a sua influência. A componente da desinformação integra uma esfera de atividades complexas que colocam em causa o ciberespaço através de ataques cibernéticos, *hackers* e outras atividades subversivas, inserida naquela que é a noção ambígua de guerra híbrida (Gerrits, 2018). Frequentemente, atores governamentais altamente coordenados são responsáveis pelo financiamento de tropas cibernéticas que se encarregam de produzir campanhas de desinformação, deixando esta estratégia de se centrar na restrição da liberdade de expressão em regimes repressivos, passando a comprometer os Estados democráticos, bem como a confiança nos líderes e nas instituições (Bradshaw e Howard, 2018).

Em África, vários grupos separatistas e insurgentes têm utilizado a internet e os meios que esta dispõe para difundir várias formas de propaganda, na tentativa de atrair a comunidade internacional a juntar-se às suas causas (Endong, 2021). A crise de desinformação que se tem vindo a assistir neste continente tem comprometido processos eleitorais, sociais e culturais, acarretando consequências devastadoras (Moyo, Mare e Mabweazara, 2021). Várias campanhas de desinformação têm tido como objetivo influenciar agendas políticas, tendo ainda vindo a ser utilizada a via da comunicação e informação enquanto sustento de discursos extremos que incitam à violência, ao racismo, à misoginia, e xenofobia (Wasserman e Madrid-Morales, 2019). Esta questão torna-se ainda mais complexa pelo difícil rastreio da origem da desinformação, permitindo ainda que os produtores deste tipo de informação mantenham o anonimato (Tsfati et al., 2020).

---

<sup>1</sup> As operações na “*gray zone*” envolvem interações intra, inter-estatais e não estatais que se situam entre a guerra tradicional e a dualidade da paz, caracterizada pela ambiguidade sobre a natureza do conflito, opacidade das partes envolvidas, ou incerteza sobre os cenários políticos e a sua legalidade. A guerra de informação constitui uma alternativa ao confronto militar direto (Hughes, 2020).

O Mali é um Estado caracterizado por uma condição económica vulnerável (classificado em 160º lugar entre 169 países no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pela fragilidade das suas instituições (Trauner e Deimel, 2013). Considera-se um Estado frágil aquele que apresenta falhas cruciais em garantir a segurança básica do país, o Estado de direito e justiça, em fornecer serviços básicos e oportunidades económicas, bem como na presença de governos instáveis e condições de pobreza extrema, e ainda na falta de controlo territorial ou alta propensão de conflito (Alemo, 2016). Esta fragilidade justificou a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) no Mali através da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA), com o objetivo de restabelecer a ordem institucional e garantir, em particular, as eleições neste país (Cold-Ravnkilde, 2013). As linhas do conflito são ambíguas, os atores são difíceis de definir, a desinformação massiva e a propaganda distorcem factos, tendo estes fatores causado repercussões para os esforços da comunidade internacional, seja no âmbito da ONU ou nas organizações regionais de segurança, na prevenção, gestão e resolução de conflitos armados (Zannier, 2017). De todas as responsabilidades incumbidas à ONU nestas operações, mitigar o impacto de falsa informação tornou-se uma prioridade, devendo estas missões ser equipadas com tecnologias sofisticadas com veículos aéreos não tripulados, imagens de satélite e sistemas de informação geográfica (Sandor, 2020).

O nexa da segurança e desenvolvimento tem constituído um ponto fulcral na agenda da UE, tanto na promoção da paz e da segurança individual dos seus Estados-membros, como no plano internacional (Keukeleire e Raube, 2013). Com base na estratégia para o Sahel de 2011, a UE tem respondido, através de missões e operações de gestão de crises, aos desafios de pobreza extrema, conflitos violentos e migração irregular, tornando-se este nexa uma prioridade fundamental na parceria UE-África (Plank et al., 2021). Além dos mais recentes golpes militares de 2012, 2020 (Boas e Strazzari, 2020) e 2021, desde a vaga de manifestações e do golpe de Estado de 1991 a 1992 que tinham como objetivo a transição para eleições multipartidárias, o Mali realizou com sucesso cinco eleições legislativas e presidenciais, através do apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da UE (Bleck e Logvinenko, 2018). No entanto, as respostas económicas e securitárias devem ser acompanhadas por uma resposta política, sendo necessário restabelecer a confiança das instituições e, sobretudo, na capacidade do Estado de proteger os seus cidadãos (Drian, 2017).

O interesse da Rússia na projeção de poder no continente africano tem-se tornado uma ameaça aos Estados africanos e aos interesses europeus, considerando que, ao contrário da China que adota uma postura económica agressiva, a Rússia vai para além da interferência eleitoral, que procura explorar não só o domínio económico e comercial, como o domínio político e da informação, em busca de novos aliados (Akinola e Ogunnubi, 2021). Em países como a Eritreia, Côte d'Ivoire, África do Sul, República Democrática do Congo e Madagáscar, têm sido criadas e disseminadas campanhas de desinformação, narrativas antiocidentais, teorias da conspiração, com o objetivo de disseminar o pânico, tensões e divisões sociais (Calderón, 2022). Uma das operações mais importantes identificadas nos media africanos até à atualidade é o financiamento dos meios de transmissão da Líbia, no âmbito do qual a Rússia tem mostrado interesse em promover narrativas de apoio a Saif al-Islam, um dos filhos de Muammar Gaddafi, procurando difundir os ideais do regime de Gaddafi em países como o Mali e a Nigéria (Lyammouri e Eddazi, 2020).

O Mecanismo de Apoio à Paz em África da UE, recentemente substituído pelo Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (com uma amplitude geográfica mais abrangente), permitiu, nos últimos anos, o financiamento de operações relacionadas com a segurança ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que veio reforçar as relações UE-África no apoio à Arquitetura Africana de Paz e Segurança, estabelecida pela União Africana (UA) para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente (Keukeleire e Raube, 2013).

Para além da proximidade geográfica e dos riscos para a segurança europeia decorrentes da crise na região do Sahel, responder a esta crise tornou-se uma oportunidade para a UE em reforçar o seu papel enquanto ator de segurança global (Cold-Ravnkilde e Nissen (2020). No entanto, a Rússia tem-se manifestado como ator híbrido nesta região, em particular através do grupo Wagner, que destina as suas ações a denegrir a imagem da UE, da mesma forma que atores híbridos financiam grupos dedicados a prejudicar os valores da União (Faleg e Kovalčíková, 2022).

Reconhecendo a necessidade de cooperação para combater as ameaças híbridas, tornou-se uma prioridade para a parceria UE-NATO dedicar-se à comunicação estratégica, segurança cibernética, bem como à crise de prevenção e resposta. A NATO foi responsável por desenvolver capacidades de combate a estas ameaças essencialmente através de *intelligence* em

cooperação com outras entidades ao abrigo da aliança (Nikodinovska-Stefanovska e Gjurovski, 2019), enquanto que, em 2015, no âmbito da UE, o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) respondeu à crise de desinformação russa, levando a acontecimentos como este, à criação da East StratCom Task Force dedicada à comunicação estratégica (Helding, 2021). Por este motivo, iremos também indagar sobre as políticas da NATO de luta contra a desinformação no âmbito deste trabalho, apesar de não se tratar de um foco central, mas antes complementar à luz da cooperação UE-NATO nesta área.

## Ameaças Híbridas

### Contextualização e Conceito

A Guerra Fria foi, na sua génese, uma guerra convencional, na qual duas superpotências (Estados Unidos da América - EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS) disputaram o seu poder militar que, segundo Schroefl e Kaufman, assemelhavam-se à Segunda Guerra Mundial pela possibilidade de confronto nuclear. No entanto, a dissuasão que a caracterizou foi responsável pela emergência de vários tipos de conflitos internos, entre eles insurgências, guerrilhas e guerras revolucionárias. Dada a sua diversidade, este tipo de conflitos começou a tornar-se multidimensional e com um carácter híbrido, existindo vários atores envolvidos em vertentes étnicas, religiosas, políticas, criminais que pautavam pela alteração da ordem internacional. A guerra assimétrica passou, portanto, a ocupar um papel de destaque, sendo em parte consequência da disputa militar e convencional (Schroefl e Kaufman, 2014).

O conceito de segurança tem acompanhado a evolução e respetiva complexificação do sistema internacional, colocando o conceito de ameaça ou guerra híbrida dentro de um espectro ambíguo, incerto e pouco claro (Mälksoo, 2018). As ameaças híbridas são um fenómeno resultante da convergência de diferentes elementos, atribuindo-lhe um carácter complexo e multidimensional, estando diretamente relacionado com os dilemas de mudança global (Nikodinovska-Stefanovska e Gjurovski, 2019). Estas ações podem ser praticadas por qualquer adversário que empregue simultaneamente e de forma adaptável, o uso de armas convencionais, táticas irregulares, do terrorismo ou comportamento criminoso, visando obter o objetivo político e operacionalizando na *gray zone*, isto é, abaixo do limiar de deteção (Hoffman, 2016). Para que estas ações sejam bem-sucedidas, é necessária uma preparação prévia com uma liderança forte, capaz de coordenar uma combinação de operações, dedicando uma vasta gama de recursos, tanto a curto como a longo prazo. Instrumentos de inteligência são fundamentais na ação híbrida, uma vez que permitem identificar alvos e respetivas vulnerabilidades, com base em análises prévias das suas fragilidades. Outra condição que está frequentemente

associada a este tipo de ação é a esfera da informação que precede as operações híbridas e que permite que estas sejam levadas a cabo com maior eficácia (Cederberg e Eronen, 2015).

Estruturas especializadas dedicadas ao ciberespaço têm-se empenhado na criação de mecanismos de resposta às ameaças híbridas como é o caso da Agência de Comunicações e Informação da NATO, a Capacidade de Resposta a Incidentes Informáticos da NATO e o mais recente Centro de Excelência Europeu para Combate às Ameaças Híbridas (Hybrid CoE) em Helsínquia (Marszalek, 2018). O Hybrid CoE define o conceito de ameaças híbridas como

*“uma ação conduzida por um ator Estatal ou não-Estatal, cujo objetivo visa prejudicar um alvo influenciando a sua tomada de decisão ao nível local, regional, estadual ou institucional. Estas ações são coordenadas e sincronizadas e visam deliberadamente atingir as vulnerabilidades dos Estados democráticos e das suas instituições. As atividades podem ocorrer, por exemplo, no domínio político, económico, militar, civil ou de informação, conduzidas através do uso de uma vasta gama de meios e concebidas por forma a permanecerem abaixo do limiar de deteção”.*

European Commission e Hybrid CoE, 2021

A complexificação do sistema internacional permitiu um alcance mais eficaz da ação híbrida, sendo possível atingir objetivos altamente estratégicos e abrangentes, como descredibilizar a confiança nas instituições, desafiar os valores fundamentais dos Estados democráticos, adquirir influência geopolítica e afetar a tomada de decisão de líderes políticos. Estas ameaças caracterizam-se fundamentalmente pela ambiguidade, procurando confundir dicotomias tradicionais, tornando-se a principal razão pela qual se constituem como ameaça às instituições democráticas e aos seus valores (European Commission e Hybrid CoE, 2021).

## **Domínios e ferramentas**

A ação híbrida, através da combinação de ferramentas, tem como objetivo atingir um alvo de um ou vários domínios, procurando explorar uma vulnerabilidade ou aproveitar uma oportunidade. Dadas as características desta ação, torna-se fundamental identificar áreas de interesse ou funções críticas na qual um Estado deve garantir resiliência contra este tipo de

ameaças, uma vez que estão fortemente relacionadas com a segurança nacional e com a sua capacidade de tomada de decisão. A componente militar e de defesa, o Espaço, a administração, as infraestruturas, a economia, *intelligence*, a informação, a componente cyber, diplomática, política, cultural, social e legal, constituem os principais domínios das ameaças híbridas (European Commission e Hybrid CoE, 2021).

O domínio da informação tem vindo a suscitar um interesse particular pelo papel que tem ocupado na agenda das relações internacionais. A desinformação, enquanto informação falsa frequentemente utilizada enquanto instrumento da política externa, tem como principal objetivo confundir e fomentar um ambiente de discórdia entre determinados alvos, acrescentando ainda a vontade comum de exercer influência em decisões tomadas por outros governos. Este domínio tem vindo a tornar-se cada vez mais complexo pela sua abrangência na esfera do ciberespaço, incluindo ciberataques, *hacking* e outras atividades subversivas intimamente associadas àquela que é a noção de guerra híbrida. A modernização da tecnologia veio alterar a forma de operar deste domínio, sendo os sistemas computacionais a forma mais eficiente, pelos quais os perpetradores agilizam e automatizam a divulgação da informação através de *hackers*, *trolls*, *honey-pots*, *bots*, contas falsas de utilizadores, enquanto atores digitais (Gerrtis, 2018).

A esfera da informação é reconhecida como dimensão chave da guerra híbrida, constituindo a desinformação uma ferramenta da guerra assimétrica, da mesma forma que a guerra económica deve ser igualmente considerada, pela procura de alcance dos objetivos por parte do agressor através de meios não-militares. Neste caso, são introduzidas medidas restritivas direcionadas ao Estado alvo, visando desestabilizar esferas como a economia e o comércio, pelo meio de sanções, embargos, penalidades e disputas comerciais (Kalyuzhna e Kovtun, 2021).

## **Deteção e Prevenção**

Para que uma ação possa ser tomada num estado prévio, é necessário detetar a ameaça por forma a combatê-la. Detetar o adversário enquanto possível ameaça é insuficiente quando se trata de uma ação híbrida, pela sua capacidade de difícil deteção, na qual é empregue uma vasta gama de meios que operam na *gray zone*. Na tomada de decisão, as ferramentas podem ser usadas em pequena dimensão, individualmente, que acabam por se refletir em acordos,

eleições, formulação de políticas e legislação. Isto significa que estes tipos de ameaças devem ser detetados e combatidos num estágio prévio à tomada de decisões (European Commission e Hybrid CoE, 2021). A sua deteção deve basear-se, essencialmente, na componente de *intelligence*, na qual são detetadas determinadas ações e relatados desenvolvimentos sensíveis ao tempo que permitem prevenir intenções hostis. Tradicionalmente os métodos de deteção baseiam-se em indicadores, integrando indicadores-chave com capacidade para definir uma norma de operações relativamente ao adversário e, no caso de se verificar alguma alteração relevante, permite aos analistas de *intelligence* obter um alerta prévio de uma possível ação indesejada (Cullen e Wegge, 2019).

Os serviços de *intelligence* desempenham, na fase de deteção, um papel fundamental. *Warning intelligence* refere-se às atividades desenvolvidas que detetam e relatam de forma imediata possíveis intenções hostis assentes numa base de referência de operações e atividades normais de um adversário, sendo controlados ao longo do tempo para que seja possível detetar, previamente, uma irregularidade. Ainda que os indicadores convencionais continuem a ter de ser considerados, é necessário que se ultrapasse a abordagem unidimensional para a *warning intelligence*, pela necessidade de se reformular aquilo que se pretende controlar. Dada a complexidade da ação híbrida, os indicadores tornam-se insuficientes no campo da deteção pelo que deve ser feita uma monitorização e avaliação do ambiente através da ajuda dos indicadores, por forma a reunir um conjunto de informação pré-concebida sobre possíveis ações híbridas. É igualmente relevante recolher informação e interpretá-la, procurando relacioná-la com um potencial ator hostil. A deteção deve ocorrer através de uma combinação de meios entre os indicadores, a deteção de irregularidades e o desenvolvimento de técnicas capazes de reconhecer padrões aos quais nunca foi possível assistir anteriormente (Cullen, et al., 2017).

## **Resposta**

Os serviços de *intelligence* e segurança desempenham um papel fundamental na componente de combate às ameaças híbridas, pela capacidade de monitorizar as vulnerabilidades que estas acarretam. À medida que as ameaças vão surgindo, permite-lhes ter

uma ação imediata ou a longo prazo através de capacidades cibernéticas ofensivas aptas a fazer face aos ataques em curso (Fägersten, 2016).

Caracterizadas pela elevada capacidade de adaptação e dissimulação, acrescendo à possibilidade de serem concretizadas por atores dificilmente supervisionados e controlados, devem ser criados mecanismos eficazes na identificação, prevenção e dissuasão para limitar o impacto, bem como desenvolver uma capacidade de resiliência na população para a melhor compreensão destas ameaças, através da cooperação entre as autoridades e a sociedade no plano doméstico e internacional. Sistemas de proteção e *softwares* podem ser desenvolvidos com o objetivo de identificar atividades suspeitas e, posteriormente, implementar medidas específicas que contrariem e bloqueiem atores hostis. No entanto, a atuação no ciberespaço constitui uma questão sensível que se prende, essencialmente, pela privação à liberdade de expressão (Cirdei, 2018).

Organizações como a UE e a NATO têm procurado desenvolver um trabalho individual e conjunto na prevenção, deteção e combate às ameaças híbridas. Na perspetiva da Comissão Europeia, esse trabalho deve ser previamente executado a nível interno de cada Estado-membro, para que seja possível, de forma conjunta e no contexto da UE, fazer face a este tipo de ameaças. Neste sentido, torna-se fundamental criar mecanismos de sensibilização através da troca de informação entre os Estados-membros; potenciar a resiliência em setores cruciais como a cibersegurança, infraestruturas críticas (energia, transportes, espaço), sistemas financeiros e de saúde e violência extrema; apostar na prevenção, resposta e recuperação em caso de ataque a um destes setores e, por fim, fortalecer a cooperação com a NATO e outras organizações de interesse para que, em comum, se reúnam esforços para combater este tipo de ameaças, respeitando os princípios de autonomia do processo de decisão de cada organização (European Commission, 2016).

A tentativa de cooperação entre as duas organizações veio intensificar-se com a Declaração Conjunta UE-NATO de 2016 (que entretanto foi renovada em 2018) através de 42 propostas de medidas de aprofundamento, das quais 10 focam em ameaças híbridas. Nesta declaração, houve um claro compromisso por parte das organizações em aumentar a sua capacidade de combate às ameaças híbridas semelhantes aos objetivos da Comissão Europeia mencionados anteriormente. A cooperação entre a Célula de Fusão da UE contra

as Ameaças Híbridas e a Secção de Análise Híbrida da NATO tem sido fundamental na partilha de informação de origem através do sistema BICES da NATO (*Battlefield Information Collection and Exploitation System*), podendo contribuir assim para a construção da capacidade de resiliência. Uma das 10 propostas desta declaração assenta em “encorajar a participação da UE e da NATO, bem como dos Estados-Membros (EM) da UE e dos Aliados da NATO, no trabalho do “Centro Europeu de Combate às Ameaças Híbridas” (Smith, 2019:19) instituição esta que procura facilitar a partilha de informação e trabalho desenvolvido pelas duas organizações com um objetivo comum: combater ações híbridas. Para além disso, têm sido dinamizadas várias atividades como *workshops*, seminários e exercícios destinados a uma melhor compreensão deste tipo de ações. Este tipo de programas informais desempenham um papel preponderante a nível de contacto interpessoal na área da comunicação estratégica, fundamental para uma resposta ponderada e coordenada às ameaças híbridas (ibid.).

No caso de África, alguns países têm sido palco de disseminação de notícias falsas e propaganda com o intuito de iludir o público (Moyo et al., 2021). Na região do Sahel e particularmente no Mali, a circulação de desinformação tem vindo a ser feita com sucesso sobretudo nos meios de comunicação pela insuficiência de recursos em meios de verificação e investigação de informação (Keenan, 2006). Este impacto tem sido notório pela forma como coloca no público a dúvida e a apreensão relativamente à democracia no Mali, sobretudo em situações de conflito que têm assolado o Estado (Hassan, 2022).

## Fragilidade e Desinformação em África

### O caso do Mali

A região do Sahel constitui uma zona de particular instabilidade afetada pelo terrorismo, que ameaça as populações locais e prejudica a estabilidade e o desenvolvimento do Estado (Boas e Strazzari, 2020). Embora a segurança desta região seja comprometida pela presença jihadista, importa identificar um problema estrutural que se baseia no modo de governação, sendo a sustentabilidade social um dos principais problemas (ibid.). Trata-se de uma região assolada por uma diversidade de conflitos e propensa a emergências complexas devido a pressões migratórias, alterações climáticas, vulnerabilidade económica, tráficos de vários tipos e fragilidade institucional. Estas condições têm vindo a proporcionar violência e garantir terreno fértil para a proliferação do terrorismo, uma vez que os Estados que se encontram perante esta situação estão particularmente suscetíveis ao impacto e à desestabilização por parte de atores externos (Marszalek, 2018).

Considera-se um Estado frágil aquele que apresenta falhas cruciais em garantir a segurança básica do país, o Estado de direito e justiça, em fornecer serviços básicos e oportunidades económicas, bem como na presença de governos instáveis e condições de pobreza extrema, e ainda na falta de controlo territorial ou alta propensão de conflito. O Mali constitui um dos 19 países mais frágeis do mundo (Alema, 2016).

Caracterizado por uma condição económica vulnerável e pela fragilidade das suas instituições (Trauner e Deimel, 2013), o Mali tem registado vários conflitos e diversas ameaças de carácter multidimensional desde a sua independência em 1960. Desde então, o crescimento e a afirmação de grupos rebeldes conduziram o país ao terceiro golpe de Estado em 2012, gerando uma oportunidade para a tentativa de controlo da zona norte do Mali, na região designada de Azawad (Cairnie e Grasse, 2017). Outros grupos insurgentes e extremistas foram emergindo, como foi o caso do *Groupe Autodefense Touareg Imghad et Allies* (GATIA), o Ansar Dine, al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), o Movimento pela Unicidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO), e o

Boko Haram, que vitimizaram populações no decorrer das suas operações (Raineri e Strazzari, 2015). A extrema instabilidade foi invocada como justificação para a intervenção da ONU, com a sua Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA), bem como para a operação de contrainsurgência SERVAL liderada por França, cujo objetivo assentava em apoiar processos políticos no país e garantir a segurança territorial. Na véspera das eleições presidenciais em Agosto de 2018, vários grupos insurgentes ameaçaram a realização de eleições através da queima das assembleias de voto e ameaçando as instalações do aeroporto com mísseis (Farah et al., 2019). Houve ainda alegações de corrupção contra o governo que conduziram os resultados à eleição do presidente Ibrahim Boubacar Keita, que se encontrava em exercício de funções. Durante este período, foram realizados vários ataques contra as Forças Armadas Malianas, à missão MINUSMA e a agências da ONU, resultando numa elevada fragilidade na segurança do Estado (ibid.).

Tanto a diplomacia como a guerra sempre procuraram exercer algum tipo de influência, tanto em líderes estrangeiros como na sua população. As operações de informação têm permitido alcançar objetivos pela via da comunicação social e, de uma forma geral, pela evolução das ferramentas digitais que permitem agilizar e maximizar campanhas de desinformação (Treverton et al, 2018). Dada esta capacidade, os conflitos assimétricos vieram colocar em causa o poder dos atores que, convencionalmente, se consideravam os Estados mais poderosos e com maior capacidade militar. Em 200 anos foi possível verificar que atores mais frágeis saíram vitoriosos de 30% dos conflitos assimétricos, uma vez que o poder se tornou relativo, bem como os interesses dos Estados e respetivas vulnerabilidades (Arreguín-Toft, 2005). Através de ações híbridas, os atores tendem a explorar situações onde a fragilidade, o conflito e a violência estão a expandir-se, usando ferramentas abrangentes e complexas, como ciberataques e campanhas de desinformação, para adquirir influência em diferentes contextos, como em África, e prejudicar as capacidades e credibilidade de outras potências, como é o caso da UE (Faleg e Kovalčíková, 2022).

Governos em todo o mundo, particularmente governos autoritários, negam frequentemente notícias desfavoráveis ou informações inconvenientes ao seu regime, acusando-as de serem falsas ou rumores, ainda que aquilo que tenha sido negado venha a confirmar-se

verdadeiro (Wang e Huang, 2020). De acordo com o índice de democracia<sup>2</sup> da *Economist Intelligence Unit*, um sistema de classificação numa escala de 0 a 10, no qual 0 corresponde ao mais autoritário e 10 ao mais democrático, o Mali apresenta o valor de 3,93 (sendo considerado um regime autoritário). A pontuação é atribuída com base nos seguintes indicadores: pontuação do processo eleitoral e pluralismo no que respeita a eleições livres e competitivamente justas; funcionamento do governo naquilo que se refere a decisões implementadas com base democrática; e a forma como a participação política está relacionada com a participação ativa e a livre escolha dos cidadãos na vida pública e na cultura política (Alexandre, 2021).

A teoria dos jogos simples (Chen e Xu, 2017) vem clarificar a relação que existe entre o autoritarismo e a distorção da informação através da (im)popularidade da política do *status quo*. Nesta teoria, o governo opta por divulgar uma mensagem na tentativa de manipular a opinião dos cidadãos, da mesma forma que cria políticas que vão ao encontro ao seu agrado. Esta manipulação não é perceptível, pelo que os cidadãos interiorizam a informação que lhes é fornecida, acabando por evitar, desta forma, o risco de ação coletiva (ibid.). Vários sinais de alerta têm sido dados no continente africano pelas autoridades no que diz respeito à proteção da comunicação social, temendo-se que, desta forma, a informação seja utilizada indevidamente enquanto instrumento para manipular os eleitores e os cidadãos em vez de os capacitar (Gopaldas, 2019). Ainda que a propaganda não seja um instrumento recente, o avanço tecnológico tem permitido que esta se dissemine pelos partidos que estão tanto no poder quanto na oposição, tendo a comunicação social de alguns países africanos se tornado um campo de batalha para a circulação de “notícias” falsas, propaganda, meias-verdades, histórias inventadas, com o objetivo de iludir o público e de conquistar os cidadãos durante o período eleitoral (Moyo et al., 2021).

Em resposta a um pedido do governo maliano, a MINUSMA foi estabelecida em 2013 através da resolução 2100 do Conselho de Segurança da ONU para fazer face aos conflitos em curso, por forma a garantir a segurança do Estado e a proteção dos seus cidadãos (Bergamaschi, 2013). Esta missão enfrenta vários desafios às suas operações, uma vez que, nos meios de comunicação, a MINUSMA é considerada como “a missão mais mortífera da ONU” e, com a disseminação da desinformação, esta missão e os seus intervenientes são encarados com

---

<sup>2</sup> The Economist Group Limited, London 2021.

desconfiança (Sandor, 2020). Ainda acerca da mesma, Al-Massar, uma fonte de notícias iemenita associada à Al-Qaeda, divulgou uma entrevista com Ag Ghali (líder do grupo Ansar Dine e ativista contra o governo do Mali desde a década de 1980), na qual expressou a sua revolta contra a França e a ONU, em particular relativamente à MINUSMA, referindo que “Os nossos inimigos são inimigos do povo muçulmano, judeus e cristãos, mas França continua a ser o nosso inimigo histórico no mundo islâmico. A França e seus apoiantes, EUA, Alemanha, Suécia e países da África Ocidental, à qual se vieram juntar o Chade, Guiné, Côte d’Ivoire, Burkina Faso, Senegal e Níger” (Bos e Melissen, 2019).

Existem potenciais consequências a identificar a curto e longo prazo pela disseminação da desinformação, colocando em causa a credibilidade do jornalismo e afetando os cidadãos nas suas escolhas e decisões a nível político e comprometendo, desta forma, a democracia dos Estados. Os meios de comunicação social não têm merecido a confiança da população, pelo que, no caso de África, se aponta para um controlo político destes meios e para campanhas de desinformação (Wasserman e Madrid-Morales, 2019). À luz do direito internacional, a população civil deve estar protegida dos conflitos armados, no entanto, a desinformação tem vindo a constituir uma larga parte da estratégia militar usada em contexto de conflitos, muitas vezes tendo civis como público-alvo (Katz, 2020).

Ainda que muitos analistas não considerem as ameaças híbridas como um fenómeno recente, a Rússia tem sido o principal ator nesta matéria no século XXI, fazendo uso das novas tecnologias com o objetivo de se aproveitar das vulnerabilidades de um determinado alvo, procurando desestabilizá-lo e dificultando, desta forma, o processo de tomada de decisões (Bajarūnas, 2020). Os esforços da influência russa têm vindo a ser alargados por agentes de desinformação que operam em conjunto com mercenários russos para reverter os resultados políticos em África (Paterson e Hanley, 2020).

A Rússia tem sido, portanto, um ator fundamental no uso da desinformação, sendo responsável pelo envio de mercenários para pelo menos 10 países africanos para colocar em curso campanhas de desinformação ou esquemas de intromissão eleitoral (Siegle, 2021). Numa entrevista à ADF Magazine, foi reportada a existência de várias manifestações pró-russas nas ruas de Bamako, no Mali, nas quais são erguidas bandeiras anti-francesas, bem como testemunhos de pessoas convencidas de que a Rússia tem uma elevada consideração pelo povo

Maliano. Várias campanhas de desinformação de 2019 associadas ao anterior golpe de Estado de agosto de 2020, serviram de alavanca para os protestos e consequente expulsão do presidente Ibrahim Boubacar Keïta. Na expectativa de expandir a sua influência, a Rússia é suspeita de financiar ativistas e influenciadores, utilizar contas falsas e piratear meios de comunicação social para divulgar propaganda no Mali. Foi ainda testemunhado que foi preparado um acordo entre o governo de transição do Mali e o Grupo Wagner, no entanto, nunca chegara a ser assinado (ADF, 2021).

Tem sido também reportado um aumento alarmante de alegações de abusos e violações de direitos humanos por parte deste grupo apoiado pela Rússia, motivo pelo qual os EUA continuam a manter uma posição contra esta parceria, considerando que o interesse do Grupo Wagner (composto por forças russas não-afiliadas) assenta em desviar recursos naturais e económicos, aproveitando-se da luta do Mali contra o terrorismo (Mills, 2022).

Relativamente ao papel da UE na gestão de crises na região do Sahel, tem-se verificado fundamental, ainda que a sua estratégia tenha falhado, de certa forma, pelas perspetivas a curto e não tanto a longo prazo. Foi deste fracasso que surgiu, em 2021, a nova abordagem integrada para o Sahel (estratégia definida para que a UE mobilize um conjunto de instrumentos, desde a ajuda humanitária às forças de segurança, para apoiar as populações do Sahel) (Conselho da União Europeia, 2021) apesar de a UE se ter vindo a deparar com vários entraves devido à presença russa no terreno de operações pela crescente guerra de informação (Coen, 2021).

A Rússia tem assumido o seu papel nos meios de comunicação no Mali (Lyammouri e Eddazi, 2021) apelando a uma maior cooperação com o país no que respeita à segurança, assim como uma crescente presença de bandeiras russas e *slogans* anti-franceses (Irish e Lewis, 2021). O Grupo Wagner constitui um instrumento coercivo utilizado pela Rússia e, no caso do acordo mencionado anteriormente vir a ser assinado, comprometerá a soberania, segurança, governação e política externa do Mali a longo prazo (Siegle e Eizenga, 2021). Tratar-se-á de um fracasso tanto para os objetivos militares naquilo que respeita aos esforços antiterroristas, como políticos na transição democrática aquando das eleições de fevereiro de 2022 (Irish e Lewis, 2021).

Através da desinformação, a Rússia tem colocado em causa a prestação e a reputação das operações da União Europeia pela recente retirada das suas tropas em fevereiro no seguimento

de uma revolta militar em 2021, tendo vindo a deteriorar as relações com parceiros europeus como é o caso de França e tendo sofrido sanções por parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Estas questões têm resultado na perda de terreno por parte da UE numa região estrategicamente importante, tanto no contexto da Missão de Treino da UE no Mali (EUTM Mali) quanto ao nível de operacionais europeus no âmbito da MINUSMA. A Rússia tem tido uma influência severa, tendo chegado a existir uma abstenção por parte de Bamako na votação da ONU aquando da condenação da invasão russa na Ucrânia (Jourdain e Tuma, 2022).

A organização não-governamental *Human Rights Watch* confirmou o assassinato de trezentos homens civis na cidade de Moura, no Mali, pelas forças armadas do país e outros militares russos, tendo sido reportado por um cidadão que “(...) cerca de 10 russos e um intérprete do exército do Mali deram-nos lições sobre a forma como todos naquela zona, todos da comunidade Peuhl, tinham abraçado a causa jihadiata (Emerson, 2022).

Embora não exista um controlo estatal evidente dos meios de comunicação no Mali, a partir de meados do ano de 2021, quatro dos cinco principais jornais do país tornaram-se propriedade privada de figuras políticas, considerando-se especialistas em várias matérias e, portanto, ocupando lugares de destaque e transmitindo informação de sua conveniência. O *Facebook* constitui a principal plataforma onde as notícias falsas têm origem e circulam, sendo o *Whatsapp* responsável igualmente pela disseminação de desinformação pela possibilidade de pessoas iletradas enviarem mensagens por áudio (Ouedraogo, 2022).

A desinformação tem permitido que os regimes autoritários da África Ocidental estabeleçam e controlem uma narrativa que reforce a sua abordagem de governação, confundindo a população e prejudicando movimentos democráticos. Na sequência do recente golpe de Estado no Mali, tem circulado a ideia de que a democracia não está a produzir resultados, especialmente em situações de conflito e enquanto contributo para o desenvolvimento (Hassan, 2022).

O relatório publicado pelo *Digital Forensic Research Lab* em Fevereiro de 2022, concluiu que nos meses antecedentes ao destacamento do Grupo Wagner, uma rede coordenada de páginas do *Facebook* no Mali promoveu a Rússia enquanto “parceiro viável” e “alternativa ao ocidente”, encorajando o adiamento das eleições democráticas. Os meios noticiários locais

disseminavam frequentemente este tipo de narrativas, publicando entrevistas com funcionários russos que consideravam os membros do Grupo Wagner como conselheiros, e afirmavam que o grupo era vítima injustamente de uma guerra de informação. Maxim Shugaley, presidente do *think-tank* russo *Foundation for National Values Protection*, criticou ainda a MINSUMA, acusando-a de criar organizações terroristas (U.S. Department of State, 2022).

No âmbito da ONU, algumas intervenções recentes sobre o papel do Grupo Wagner merecem destaque. Por um lado, foi comunicado pela embaixadora do Reino Unido, Barbara Woodward, no Conselho de Segurança das Nações Unidas que, desde que o Grupo Wagner assumiu a sua presença no Mali, tem sido possível assistir a um aumento significativo de informação falsa e perigosa, que está a ser disseminada sob o mandato e atividades da MINSUMA, colocando desta forma, a vida dos militares em risco, num cenário que por si só já se encontra volátil (Woodward, 2022).

Por outro lado, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, considera que as notícias falsas se propagam como “fogo selvagem” que obstruem as missões da ONU, alegando que a desinformação não é apenas enganadora, é igualmente perigosa e potencialmente mortal. O Secretário-Geral no seu comunicado citou uma carta falsa que circulava no *Facebook* no Mali, que afirmava que as forças de manutenção de paz estavam a colaborar com grupos armados e que, por tudo isto, as comunicações estratégicas tornaram-se uma prioridade nestas operações (Guterres, 2022).

### **A resposta da UE à crise de desinformação no Mali**

Em resposta às situações mencionadas anteriormente, não só o Mali mas vários Estados na região do Sahel estão ser alvo de intervenção externa, maioritariamente pela UE, EUA, França e ONU, explorando cada uma das suas contribuições e causando efeitos distintos consoante os compromissos que as suas intervenções acarretam (Cold-Ravnkilde e Jacobsen, 2020). No entanto, este tipo de apoio externo tem permitido reforçar o papel da UE enquanto ator global, permitindo-lhe ter uma capacidade única de abordar os problemas contemporâneos de segurança e de desenvolvimento (Smith, 2013).

É do entendimento da Comissão que a UE tratará a segurança e o desenvolvimento como agendas complementares, de modo integrado, com o objetivo comum de fomentar um ambiente seguro, contribuindo para a quebra de círculos viciosos de pobreza, guerra, degradação ambiental, fracassos económicos, sociais e políticos, pretendendo com isto atribuir uma assistência ao desenvolvimento na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Keukeleire e Raube, 2013). Esta abordagem transversal e abrangente aos conflitos e crises (*comprehensive approach*) que subjaz à estratégia da UE para o Sahel foi inicialmente lançada em 2013 pela Alta Representante Catherine Ashton (European Commission, 2013) e, mais tarde, reformulada sob forma de abordagem integrada, no âmbito da Estratégia Global da União Europeia em 2016 (European Commission, 2013a: 28-32).

As respostas que têm vindo a ser dadas no âmbito económico e securitário na região do Sahel, tanto por parte da UE como por outras organizações, devem ser acompanhadas por uma resposta política, uma vez que a gestão de crises no Sahel se tornou mais complexa ao fracassar na recuperação da confiança nas suas instituições e sobretudo na capacidade do Estado proteger os seus cidadãos. O vazio deixado pela fragilidade das instituições governamentais acaba por ser um vazio político em que as organizações terroristas e criminosas bem como as ligações que estas cultivam, adquirem uma capacidade acrescida de se desenvolverem (Drian, 2017).

França foi acompanhada gradualmente por outros países europeus na tentativa de estabilização da região do Sahel, tendo vindo a acolher o maior destacamento de forças europeias no estrangeiro (cerca de oito mil militares). Em complemento, França e os demais atores europeus no terreno têm-se apercebido de que a desinformação se tornará cada vez mais difícil de combater sem a presença militar (Jourdain e Tuma, 2022). A 15 de Março de 2018, a missão da UE de capacitação EUCAP Sahel Mali apoiou um evento com o objetivo de promover a proteção dos Direitos Humanos, tendo sido destinado essencialmente às Forças de Segurança e Defesa do Mali. (European External Action Service, 2018).

A UE continua fortemente empenhada política e financeiramente nas operações de paz e de segurança, beneficiando do apoio da União Africana (UA), para o período de 2022 a 2024, através da recente adoção de um pacote de 600 milhões de euros. O reforço das capacidades e a formação das Forças Armadas dos países parceiros desempenham um papel fundamental na construção de instituições resilientes essenciais na manutenção da paz, como é o caso das

missões e operações da UE, sobretudo as missões de treino e capacitação, que podem ser complementadas com equipamento através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) (Gonzato, 2022).\_O mecanismo que precedeu ao MEAP (o Mecanismo de Apoio à Paz em África - MAPA) permitiu, nos últimos anos, financiar operações de paz no continente através de apoio financeiro para que a UA desenvolvesse o seu próprio sistema de alerta, bem como instrumentos de prevenção de conflitos. A componente de operações de apoio à paz da MAPA foi dissolvida no novo MEAP que terá um orçamento de 5 mil milhões de euros para o período de 2021 a 2027, aproximadamente o dobro daquilo que foi gasto entre 2004 e 2019 e uma abrangência global (International Crisis Group, 2021).

Como foi referido anteriormente, a presença do Grupo Wagner tornou-se num dos maiores desafios à ação europeia no terreno. Como tal, alguns autores (e.g., Parens, 2022) advogam o uso de sanções enquanto potencial bloqueio para este grupo, através da limitação de potenciais rotas de investimento no negócio mineiro. Parens (ibid.) defende ainda a criação de um consenso, por parte dos atores estatais e não-estatais no Mali, face a estas forças russas não-afiliadas, traduzindo esta relação num pacto de neutralidade que evite o financiamento direto da Rússia. A UE poderá concentrar-se em aplicar sanções ao Grupo Wagner (Coen, 2021), como foi feito a 13 de Dezembro de 2021 através do congelamento de bens e proibição de viagens devido à violação de direitos humanos na Líbia, Síria, Ucrânia e República Centro-Africana, acusando ainda o grupo de uma “influência prejudicial noutros locais, nomeadamente na região do Sahel” (Parens, 2022).

Tanto no âmbito da desinformação quanto no da interferência estrangeira nas missões e operações da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), tal como a própria UE no seu novo documento estratégico – a Bússola Estratégica (UE, 2022: 14, 22)-, alguns autores indicam a necessidade fundamental de aumentar as capacidades de comunicação partilhada por forma a contrariar narrativas estratégicas maliciosas, ao mesmo tempo que se procura consciencializar e alertar para este tipo de situações. Segundo Seabra (2021), a disponibilidade tecnológica de que atualmente podemos usufruir, permite-nos fazer uso da componente de *intelligence*, devendo esta ser melhor empregue. Autores e think tanks defendem que África carece de uma capacidade institucional para fazer face a estas ameaças, no entanto, a população jovem do continente tem demonstrado uma habilidade de inovação e adaptação às novas tecnologias digitais. Os EUA encontram-se aptos a reforçar a capacidade das empresas

governamentais e não-governamentais africanas com ferramentas como o *fact checking*, em identificar contas falsas apoiadas pela Rússia, *trolls*, e com apoio técnico para partilhar de forma rápida práticas de combate à desinformação. Os EUA têm a possibilidade de utilizar plataformas como o *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* para expor e eliminar campanhas de desinformação em África (2022).

As *StratCom task forces* da UE permitem monitorizar a desinformação, analisar e dinamizar uma comunicação estratégica no seio das instituições da UE, entre os seus Estados-Membros e outros atores (Pamment, 2020). No caso da *East StratCom Task Force*, iniciativa da *Strategic Communications and Information Analysis Division* do Serviço Europeu de Ação Externa foi criada com o objetivo de combater a desinformação russa durante as eleições de 2015. Publicado em dezembro de 2018, o Plano de Ação da UE contra a Desinformação (European Commission, 2018a) reconhece a desinformação como uma ação híbrida (Scheidt, 2019). Este Plano incide essencialmente em melhorar as capacidades das instituições da UE para detetar, analisar e expor a desinformação no reforço de respostas coordenadas e conjuntas através do investimento em ferramentas digitais, pessoas especializadas em análise de dados, bem como avaliar o impacto e alcance da desinformação (European Commission, 2018b). Pretendeu-se também, com este plano, mobilizar o setor privado no combate à desinformação seguindo um código de conduta da UE sobre o tema, uma vez que grandes empresas como a *Google*, *Facebook*, *Twitter* e *Mozilla* subescreveram relatórios sobre esta matéria tornando-se assim possível regular a sua ação no caso de resultados insatisfatórios. Fortaleceu-se a cooperação entre os EM e instituições através de um sistema de alerta rápido, para fornecer alertas sobre campanhas de desinformação e partilhar conhecimentos para facilitar uma resposta coordenada. Por fim, investiu-se na sensibilização e melhoria da resiliência da sociedade identificando campanhas de desinformação na UE e além das suas fronteiras, através da participação ativa da sociedade civil em identificar e expor a desinformação, bem como apoiar meios de comunicação social independentes e *fact-checkers* (European Commission, 2018a).

Exemplo deste investimento foi o caso do projeto *EUvsDisinfo*, direcionado para o público e que desconstrói informação associada a informação russa, mas que deve, no entanto, expandir-se para além da UE (Pamment, 2020). O *Code of Practice on Disinformation* da European Commission (2018b), assinado por vários signatários entre 2018 e 2020 (*Facebook*,

*Google, Twitter, Mozilla, Microsoft e TikTok*) (European Commission, 2022a), veio estabelecer uma maior colaboração para uma *task force* permanente, constituindo uma ferramenta através da qual os intervenientes acordaram normas reguladoras no combate à desinformação. Neste código (que, entretanto, foi reforçado em 2022) estão incluídos 44 compromissos e 128 medidas específicas como cortar o financiamento aos promotores de desinformação, transparência na publicidade política, assegurar a integridade dos serviços, capacitar e proteger os utilizadores, investir na investigação, apoiar as comunidades de *fact-checking*, investir num centro de transparência e numa *task force*, bem como numa monitorização reforçada (European Commission, 2022b). Ainda o Plano de Ação para a Democracia Europeia, desenvolvido em 2020, veio reforçar as medidas de combate à desinformação, referindo que “A UE irá também consolidar a capacidades das missões de observação eleitoral da UE em países terceiros” (European Commission, 2020: 10), um ponto importante relativamente à sua ação externa nesta matéria.

O combate à desinformação e as ameaças híbridas em geral são áreas em que a UE e a NATO têm cooperado cada vez mais. Em 2021, a NATO desenvolveu a *Toolbox for Countering Hostile Information Activities*, que visa proteger os seus aliados com um conjunto de ferramentas para avaliar atividades hostis incluindo desinformação, e para ajudar a determinar o possível curso da ação. A NATO encontra-se empenhada em desenvolver mecanismos de partilha de informação, procurando também financiar projetos que reforcem a resiliência à desinformação. Além disso, as equipas de reação rápida têm sido disponibilizadas aos seus Aliados como parte da estratégia da aliança contra ameaças híbridas (Chłóń, 2022). Deste compromisso, a NATO assume como prioridade a deteção precoce de campanhas de desinformação, tendo disponibilizado o website o *Setting the Record Straight*, onde a desinformação é desconstruída, publicada em várias línguas, incluindo em russo (Rühle e Roberts, 2021). A Aliança dispõe ainda dos sistemas BICES (*Battlefield Information Collection and Exploitation Systems*) de *intelligence*, recolha e exploração de informação via web e que fornecem uma base de dados para que cada Aliado utilize internamente e posteriormente reporte à NATO no caso de irregularidades (Porcile, 2003).

Uma das formas de cooperação entre a UE e a NATO neste âmbito é o Centro de Excelência sobre ameaças híbridas *Hybrid CoE*. Neste centro, a desinformação é diretamente relacionada com o domínio de *intelligence*, uma vez que a informação obtida através de

espionagem cibernética ou tradicional pode ser divulgada para influenciar a opinião pública, discursos e perceções. Tanto a União Europeia como a NATO têm desenvolvido trabalho neste sentido individualmente através do *EU intelligence and Situation Centre* e do *NATO Intelligence Fusion Centre*, fornecendo este último ao Comandante Supremo Aliado da Europa e ao Comando Aliado das Operações informações relevantes e precisas com o objetivo de apoiar o planeamento e execução das suas operações, permitindo, desta forma, a defesa do espaço euro-atlântico (NATO).<sup>3</sup>

Dada a particular vulnerabilidade no Mali, o combate à desinformação pode ser concretizado através da formação de jornalistas e influenciadores na deteção e combate de notícias falsas, procurando incentivar os profissionais da comunicação social em propagar notícias falsas por meio de um código de conduta e literacia mediática (Ouedraogo, 2022). As autoridades do Mali devem igualmente investir em informação oficial, uma vez que nas zonas de conflito as estações de rádio privadas e mesmo a rádio pública não usufrui de liberdade para transmitir todo o tipo de informações, podendo ainda este investimento restaurar a confiança do povo na comunicação (ibid.).

---

<sup>3</sup> <https://web.ifc.bices.org/>

## Conclusão

A presente investigação surgiu com o objetivo de analisar o impacto das ameaças híbridas, concretamente no domínio da desinformação, no contexto de Estados frágeis em África. Sendo o Sahel uma região de particular instabilidade e dado o trabalho desenvolvido pela UE no Mali, seria pertinente analisar a forma como a desinformação afetou o cenário político do Estado, bem como as implicações que trouxe para as operações que ali se realizam na presença da influência russa. Dada esta circunstância, tornou-se pertinente estudar de que forma é que o Mali pode prevenir e combater este tipo de ameaças com o auxílio de organizações como a UE e a NATO e vieram a desenvolver, ao longo do tempo, trabalho neste sentido.

A fragilidade dos Estados e das suas instituições constituem um campo de batalha para ação híbrida, dados os meios que são empregues para a concretizar. A complexidade das ações e relações entre atores estatais e não-estatais que temos vindo a assistir desde o final da guerra fria, permite-nos ter um melhor entendimento daquelas que são as novas guerras e ameaças que, além de comprometerem as democracias mais consolidadas, colocam em risco o processo de democratização dos Estados frágeis e perpetuam autoritarismos. Estas ameaças, que procuram explorar vulnerabilidades perpetradas por atores dificilmente detetáveis, têm dificultado os processos de tomada de decisão, e, no caso da desinformação, tem causado confusão no público-alvo, discórdia e divisões sociais.

Esta questão é particularmente preocupante na região do Sahel, pela fragilidade que caracteriza esta região na garantia de condições favoráveis aos Estados, na medida em que se trata de uma zona que enfrenta uma complexidade de conflitos e que está a ser alvo de atos de terrorismo e interferência estrangeira. Foi possível verificar que, em África e concretamente na região do Sahel, a democracia ainda necessita de dar passos largos na sua consolidação, o que torna todo o processo de desenvolvimento e a criação de instituições fortes, questões difíceis de concretizar.

No caso do Mali e considerando a sua condição vulnerável à intervenção externa, tem sido alvo da proliferação do terrorismo, onde a presença jihadista tem procurado ocupar o seu território, expandir a sua influência e que, em resultado das suas ações, tem vitimizado esta

população. Dado este cenário, o Mali tornou-se num campo aberto às ações híbridas pela facilidade de as praticar num contexto de alta volatilidade. Com o objetivo de expandir a sua esfera de influência, a Rússia, através de forças não-afiliadas compostas por mercenários, nomeadamente o Grupo Wagner, tem vindo a assumir, cada vez mais, uma posição forte relativamente a este país. A desinformação tem sido por si usada enquanto ferramenta para desestabilizar a ordem no Mali, interferindo em eleições, denegrindo os valores ocidentais e colocando em causa as operações militares quer no âmbito da UE (com a EUTM Mali), quer no âmbito da ONU (com a MINUSMA). A falsa informação, rumores e propaganda que é disseminada e apoiada pela Rússia e as suas forças não-afiliadas, têm levado à retirada de militares europeus do terreno, colocando em causa o contributo ocidental, a credibilidade das suas instituições e levando a uma deterioração da relação entre a UE e os seus parceiros em África. Neste sentido, as operações de paz que visam proteger os cidadãos no âmbito da luta contra o terrorismo no Mali, garantir a integridade territorial, assegurar a ajuda humanitária, bem como as eleições de forma pacífica, ficam comprometidas pela forma como o apoio ocidental tem sido encarado.

Ainda assim, a região do Sahel é uma zona estrategicamente importante para a UE, pelo que esta tem reafirmado a sua intenção de continuar a desenvolver trabalho nos países africanos e ajudá-los a enfrentar aquelas que são as novas ameaças. Dada a sua complexidade e considerando os poucos recursos tecnológicos capazes de detetar, prevenir e responder a estas ameaças, a UE e as organizações parceiras como a NATO, poderão vir a fornecer meios, partilha de informação e *know-how* para que os países africanos possam preparar-se e combater estas ameaças, sob forma de ações de capacitação e formação. Ter a capacidade de fazer face à desinformação permitiria que a população estivesse mais bem informada tanto em relação à interferência externa no seu país, como a nível interno. Monitorizar e regular a desinformação constituiria uma alavanca fundamental para o desenvolvimento dos Estados, uma vez que esta componente tem a capacidade de distorcer a realidade e consequentemente a situação política dos países.

A componente de *intelligence* assume um papel fundamental no combate à desinformação por disponibilizar meios capazes de detetar, responder e prevenir ações híbridas e na qual a UE e a NATO se encontram fortemente empenhadas em desenvolver trabalho de forma independente e em conjunto. Da mesma forma que estas organizações possuem

condutas, acordos e medidas dentro dos seus EM, será também do seu interesse partilhá-las com os países africanos não só pelo apoio em si, mas também evitar que os seus valores sejam desacreditados. Manter a sua posição no plano internacional é fundamental naquele que é o trabalho desenvolvido pela UE, NATO e ONU na tentativa de assegurar a paz, a liberdade e os direitos humanos.

Podendo concluir a incapacidade e insuficiência de recursos nos Estados frágeis e no Mali em particular na prevenção e combate às ameaças híbridas, concretamente a desinformação, sugere-se com esta investigação que se reúnam esforços entre organizações capacitadas como a UE e a NATO para fornecer recursos através de uma possível cooperação com a União Africana (UA). Desta forma, caberia à UA uma responsabilidade de garantir o fornecimento de meios necessários disponibilizados pela UE e pela NATO aos seus EM. Além disso, esta relação de cooperação exigiria uma responsabilidade acrescida para os governos em comprimir normas e possíveis acordos que desta relação surgissem.

## Lista Bibliográfica

ADF. (2022). *Russian Path To Mali Paved With Disinformation*. Adf-magazine.com. Retrieved 15 October 2022, from <https://adf-magazine.com/2021/12/russian-path-to-mali-paved-with-disinformation/>.

Akinola, A., & Ogunnubi, O. (2021). Russo-African Relations and electoral democracy: Assessing the implications of Russia's renewed interest for Africa. *African Security Review*, 30(3), 386-402.

Bagoyoko, N., & Gibert, M. (2009). The Linkage between Security, Governance and Development: the European Union in Africa. *The Journal Of Development Studies*, 45(5), 789-814.

Bleck, J., & Logvinenko, I. (2018). Weak states and uneven pluralism: lessons from Mali and Kyrgyzstan. *Democratization*, 25(5), 804–823.

Bøås, M., & Strazzari, F. (2020). Governance, Fragility and Insurgency in the Sahel: A Hybrid Political Order in the Making. *The International Spectator*, 55(4), 1-17.

Cantens, T., & Raballand, G. (2016). Fragile Borders: rethinking borders and insecurity in Northern Mali. Diakon, B., & Rösenthaler, U. (2017). The Chinese presence in the Malian mediascape. *Journal of African Cultural Studies*, 29(1), 96–113.

Coen, T. (2022). *The Wagner Group in Mali: Another Failed EU Strategy in Sahel? – Finabel*. Finabel. Retrieved from <https://finabel.org/the-wagner-group-in-mali-another-failed-eu-strategy-in-sahel/>.

Cullen, P., Juola, C., Karagiannis, G., Kivisoo, K., Normark, M., Rácz, A., Schmid, J. and Schroefl, J., The landscape of Hybrid Threats: A Conceptual Model (Public Version), Giannopoulos, G., Smith, H. and Theocharidou, M. editor(s), EUR 30585 EN, Publications

Office of the European Union, Luxembourg, 2021, ISBN 978-92-76-56943-5, doi:10.2760/419776, JRC123305.

Emerson, J. (2022). *Mali: Massacre by Army, Foreign Soldiers*. Human Rights Watch. Retrieved 14 October 2022, from <https://www.hrw.org/news/2022/04/05/mali-massacre-army-foreign-soldiers>.

Endong, F. (2021). The 'dark side' of African digital diplomacy: The response of Cameroon and Nigeria to separatists' online propaganda. *South African Journal Of International Affairs*, 28(3), 449-469.

European Commission. (2013). *Joint Communication To The European Parliament And The Council*. Brussels: European Commission.

European Commission. (2016). *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe - A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy*. Brussels: European Commission.

European Commission. (2018). *Code of Practice on Disinformation*. Brussels: European Commission.

European Commission. (2018). *Joint Communication To The European Parliament, The European Council, The Council, The European Economic And Social Committee And The Committee Of The Regions*. Brussels: European Commission.

European Commission. (2020). *Comunicação Da Comissão Ao Parlamento Europeu, Ao Conselho, Ao Comité Económico E Social Europeu E Ao Comité Das Regiões*. Brussels: European Commission.

European Commission. (2022). *Strengthened Code of Practice on Disinformation*. Brussels: European Commission.

European Commission. (2018). *Action Plan against Disinformation*. Brussels: European Commission.

European External Action Service. (2018). *EUCAP promotes a Human Rights approach in Mali*. EEAS. Retrieved from [https://www.eeas.europa.eu/node/41548\\_en](https://www.eeas.europa.eu/node/41548_en).

European Union Council. (2021). *Estratégia integrada da União Europeia para o Sael - Conclusões do Conselho (16 de abril de 2021)*. Brussels: General Secretary of European Union Council.

European Union Council. (2022). *A Strategic Compass for Security and Defence - For a European Union that protects its citizens, values and interests and contributes to international peace and security*. Brussels: General Secretary of European Union Council.

Faleg, G., & Analyst, S. (2022). *Challenges and implications for the EU* Nad'a Kovalčíková. Gopaldas, R. (2019). *African perspectives Global insights Digital Dictatorship versus Digital Democracy in Africa* Policy Insights Executive summary.

Geneva Centre for Security Policy. (2015). *How can Societies be Defended against Hybrid Threats?*. Geneva Centre for Security Policy.

Gerrits, A. (2018). *Disinformation in International Relations: How Important Is It?*. *Security And Human Rights*, 29(1-4), 3-23.

Guterres, A. (2022). *Reliable information 'a matter of life and death' UN chief tells Security Council*. UN News. Retrieved from <https://news.un.org/en/story/2022/07/1122362>.

Hassan, I. (2022). *Disinformation Is Undermining Democracy in West Africa*. CIGI. Retrieved 15 October 2022, from <https://www.cigionline.org/articles/disinformation-is-undermining-democracy-in-west-africa/>.

Hedling, E. (2021). *Transforming practices of diplomacy: the European External Action Service and digital disinformation*. *International Affairs*, 97(3), 841-859.

Hughes, G. (2020). *War in the Grey Zone: Historical Reflections and Contemporary Implications*. *Survival*, 62(3), 131-158.

National Defense Institute. (2021). *Compared experiences in CSDP missions in Africa*. National Defense Institute.

Jourdain, M., & Tuma, P. (2022). *As Europe withdraws from Mali, Russia gets the upper hand*. Atlantic Council. Retrieved from <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/as-europe-withdraws-from-mali-russia-gets-the-upper-hand/>.

Jourdain, M., & Tuma, P. (2022). *As Europe withdraws from Mali, Russia gets the upper hand*. Atlantic Council. Retrieved from <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/as-europe-withdraws-from-mali-russia-gets-the-upper-hand/>.

Karppinen, K & Moe, H 2019, Texts as Data I : Document Analysis . in H Van den Bulck, M Puppis, K Donders & L Van Audenhove (eds), The Palgrave Handbook of Methods for Media Policy Research . Palgrave Macmillan.

Karppinen, K & Moe, H 2019, Texts as Data I : Document Analysis . in H Van den Bulck, M Puppis, K Donders & L Van Audenhove (eds), The Palgrave Handbook of Methods for Media Policy Research . Palgrave Macmillan

Katz, E. (2020). Liar's war: Protecting civilians from disinformation during armed conflict. *International Review Of The Red Cross*, 102(914), 659-682.

Keenan, J. (2006). Turning the Sahel on Its Head: The “Truth” behind the Headlines. *Review of African Political Economy*, 33(110), 761–769.

Keenan, J. (2006). Turning the Sahel on Its Head: The “Truth” behind the Headlines. *Review of African Political Economy*, 33(110), 761–769. <http://www.jstor.org/stable/4007145>

Keenan, J. (2006). Turning the Sahel on Its Head: The “Truth” behind the Headlines. *Review of African Political Economy*, 33(110), 761–769.

Kornbluh, K., Goodman, E. P., Washington, E. W., Ankara, D. C., Berlin, B., Bucharest, B., Warsaw, P., & Roadmap, D. (2020). Safeguarding Digital Democracy Digital Innovation and Democracy Initiative Roadmap (Issue 4).

Lyammouri, R., & Eddazi, Y. (2020). Russian Interference in Africa: Disinformation and Mercenaries. Policy Center for the New South.

Messner, J. J., Haken, N., Taft, P., Blyth, H., Lawrence, K., Bellm, C., Hashi, S., Patierno, N., & Rosenberg, L. (2016). Fragile States Index: 2016. Norris, P., & Grömping, M. (2019). Electoral Integrity Worldwide.

Mills, R. (2022). *Remarks at a UN Security Council Briefing on Mali*. New York: United States Mission to the United Nations.

Moyo, D., Mare, A., & Mabweazara, H. (2020). Editorial: Social Media, the Press, and the Crisis of Disinformation in Africa. *Communicatio*, 46(4), 1-6.

Osaghae, E. (2007). Fragile states. *Development In Practice*, 17(4-5), 691-699.

Ouedraogo, L. (2022). Mali's Fake News Ecosystem: An Overview. Raineri, L., & Strazzari, F. (2021). Drug Smuggling and the Stability of Fragile States. The Diverging Trajectories of Mali and Niger. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 16(2), 222–239.

Parens, R. (2022). *The Wagner Group's Playbook In Africa: Mali*. Pennsylvania: Foreign Policy Research Institute.

Paterson, T., & Hanley, L. (2020). Political warfare in the digital age: cyber subversion, information operations and 'deep fakes'. *Australian Journal Of International Affairs*, 74(4), 439-454.

Phillips, P., & Pohl, G. (2020). Disinformation Cascades, Espionage & Counter-Intelligence. *The International Journal Of Intelligence, Security, And Public Affairs*, 23(1), 34-47.

Pollichieni, L., 2021. A case of violent corruption: JNIM's insurgency in Mali (2017–2019). *Small Wars & Insurgencies*, 32(7), pp.1092-1116.

Press and information team of the Delegation to the UN in New York. (2022). *EU Statement – UN Security: Peace and Security in Africa: Capacity-building for sustaining peace*. EEAS.

Retrieved from [https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-%E2%80%93-un-security-peace-and-security-africa-capacity-building\\_en?s=63](https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-%E2%80%93-un-security-peace-and-security-africa-capacity-building_en?s=63).

Raineri, L. and Strazzari, F., 2019. (B)ordering Hybrid Security? EU Stabilisation Practices in the Sahara-Sahel Region. *Ethnopolitics*, 18(5), pp.544-559.

Raineri, L. and Strazzari, F., 2021. Drug Smuggling and the Stability of Fragile States. The Diverging Trajectories of Mali and Niger. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 16(2), pp.222-239.

Raineri, L., & Strazzari, F. (2015). State, Secession, and Jihad: The Micropolitical Economy of Conflict in Northern Mali. *African Security*, 8(4), 249-271.

Sandnes, M. (2022). The relationship between the G5 Sahel Joint Force and external actors: a discursive interpretation. *Canadian Journal Of African Studies / Revue Canadienne Des Études Africaines*, 1-20.

Sandor, A. (2020). The power of rumour(s) in international interventions: MINUSMA's management of Mali's rumour mill. *International Affairs*, 96(4), 913-934.

Siegle, J. (2021, September 17). Russia's asymmetric strategy for expanding influence in Africa. *International Affairs*. Varga, T. C., & Marsai, V. (2020). Africa: A Hybrid Battleground.

Siegle, J. (2022). *Russia's Strategic Objectives and Influences in Africa – Africa Center for Strategic Studies*. Retrieved from <https://africacenter.org/experts/russias-strategic-objectives-and-influences-in-africa/>.

United Nations Security Council. (2021). *8794th meeting*. New York: Document System of the United Nations.

*Wagner Group, Yevgeniy Prigozhin, and Russia's Disinformation in Africa - United States Department of State*. United States Department of State. (2022). Retrieved from <https://www.state.gov/disarming-disinformation/wagner-group-yevgeniy-prigozhin-and-russias-disinformation-in-africa/>.

Walton, C. (2019). Spies, Election Meddling, and Disinformation: Past and Present. *The Brown Journal Of World Affairs*, 16(1), 107-124.

Wasserman, H., & Madrid-Morales, D. (2019). An Exploratory Study of “Fake News” and Media Trust in Kenya, Nigeria and South Africa. *African Journalism Studies*, 40(1), 107-123.

Woodward, B. (2022). *Disinformation hinders peacekeeping mandate delivery and threatens peacekeeper safety*. GOV.UK. Retrieved from <https://www.gov.uk/government/speeches/disinformation-hinders-peacekeeping-mandate-delivery-and-threatens-peacekeeper-safety>.

Zimmerer, M. (2019). Terror in West Africa: a threat assessment of the new Al Qaeda affiliate in Mali. *Critical Studies on Terrorism*, 12(3), 491–511.



